



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 11/02/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 4

Aos onze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Monteiro Mira Domingues comunicou em 07/02/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que estará ausente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Patrícia Alexandra Rino Moreira de Sousa Jorge, dado que o candidato imediatamente a seguir comunicou a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira – pretende obter informações sobre a intervenção na Rua do Sol, nomeadamente o alargamento do pontão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 1, da reunião ordinária do dia 14 de janeiro de 2019
2. Aprovação da ata n.º 2, da reunião extraordinária do dia 25 de janeiro de 2019
3. Cargos de direção intermédia de 3.º grau - Aumento do nível remuneratório

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

4. Resumo de Tesouraria do dia 05 de fevereiro de 2019
5. 2ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019
6. P.A. N.º 87/2018-AP/DCD – *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de setembro a dezembro de 2018”*. Aprovação de serviços a menos.
7. Pedido de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, para efeitos de aplicação e cumprimento do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual – Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, ao abrigo da autorização prévia genérica, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018
8. Autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais no termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

9. Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho -Concurso público n.º 21/2018. Deliberação inicial.
10. Requalificação da cantina escolar da Embra - Concurso público n.º 22/2018. Deliberação inicial.
11. CP 05/2018 - “Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita” - Aprovação de trabalhos complementares e prorrogação do prazo da empreitada em 30 dias seguidos
12. “Requalificação da Rua e Travessa do Mirante” – Concurso Público N.º 17/2018 – Aprovação do Plano de Trabalhos

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

13. Isenção do pagamento de taxas
14. Autorização para a realização de atividade ruidosa temporária, de carácter festivo, da Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego
15. Autorização para a realização de atividade de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas - “Corrida do Vidreiro”

RECURSOS HUMANOS

16. Proposta de abertura de procedimentos concursais – Autorização do órgão executivo em cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

17. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento a Pessoa Portadora de Deficiência na rua das Figueiras nº 123 - Marinha Grande

GESTÃO URBANÍSTICA

18. Req.º nº 62/19, datado de 14/01/2019 - Proc.º n.º 273/18, datado de 12/07/2018 - Tiago José Duarte Bom

19. Req.º nº 2261/18, datado de 18/12/2018 - Proc.º n.º 417/18, datado de 02/10/2018 - Jorge Manuel Ferreira Duarte e Elisabete Gaspar Pedro Duarte

20. Req.º nº 2072/18, datado de 15/11/2018 - Proc.º n.º 489/18, datado de 15/11/2018 - Sossego Do Avozinho Lda

21. Req.º nº 50/19, datado de 11/01/2019 - Proc.º n.º 195/18, datado de 24/05/2018- João Alexandre Duarte Bom

22. Req.º nº 84/19, datado de 17/01/2019 - Proc.º n.º 291/18, datado de 19/07/2018 - Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes

23. Req.º nº 2269/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º n.º 109/18, datado de 27/03/2018 - João Manuel Serra Sousa Matias

24. Req.º nº 23/19, datado de 08/01/2019 - Proc.º n.º 70/18, datado de 27/02/2018 - Vítor Júlio Jesus Santos

25. Req.º nº 2165/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 424/18, datado de 04/10/2018 - Acogi Acessórios e Componentes para a Indústria, Lda

26. Req.º nº 43/19, datado de 10/01/2019 - Proc.º n.º 328/18, datado de 07/08/2018 - Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro

27. Req.º nº 108/19, datado de 21/01/2019 - Proc.º n.º 253/18, datado de 03/07/2018 - Carlos Alberto de Oliveira Gomes

28. Req.º nº 65/19, datado de 14/01/2019 - Proc.º n.º 548/17, datado de 12/12/2017 - Júlio Salvador Temóteo e Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador

29. Req.º nº 129/19, datado de 23/01/2019 - Proc.º n.º 331/19, datado de 08/08/2018 - Maria Odete Gomes Feteira, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, Maria Clara Feteira Tomé, Chantal Feteira Tomé e Apolinário Feteira Tomé

30. Req.º nº 153/19, datado de 25/01/2019 - Proc.º n.º 530/18, datado de 13/12/2018 - Socrebel - Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda.

31. Req.º nº 1834/17, datado de 25/10/2017 - Proc.º n.º 477/17, datado de 25/10/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa

32. Req.º nº 35/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º n.º 801/96, datado de 21/06/1996 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

33. Req.º nº 36/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º n.º 801/96, datado de 21/06/1996 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

34. Req.º nº 33/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º n.º 187/04, datado de 05/03/2004 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

35. Req.º nº 34/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º n.º 187/04, datado de 05/03/2004 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

36. E/11640/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

37. E/11543/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - Canas, S.A.
38. Req.º nº 2045/18, datado de 12/11/2018 - Proc.º nº 481/18, datado de 12/11/2018 - Condomínio do Prédio sito na Avenida Marginal, n.ºs 10A e 10B

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

39. Habitação social - Praceta da Liberdade, Bloco 4, 3º esqº, Casal do Malta - Joaquim José Loureiro Santos - Rendas em atraso - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Audiência prévia.

INTERVENÇÃO CULTURAL

40. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Ratificação de Despacho
41. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Ratificação de Despacho

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

42. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento - entroncamento da Rua do Lamarão com a Rua das Cavadinhas, Embra - Requerente: Armindo José Martins – Apreciação – Deferimento.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

43. 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – 1.ª Revisão
44. Elaboração de projetos de execução da rede de abastecimento de água para a Amieira, Picassin, Pedrulheira e Tojeira de Picassin e Trutas” - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
45. “Requalificação dos Bloco L/M de habitação social e dos 36 fogos de Casal de Malta – Marinha Grande”- Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. **Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira** – referiu que o problema que vem apresentar é o do costume: a intervenção na Rua do Sol, a integrar nas obras da Rua da Vitória. O Sr. Vereador Caetano disse-lhe que em janeiro seriam contactados para as cedências. Como não foi lá ninguém veio hoje saber o ponto de situação, porque as obras na Rua da Vitória estão adiantadas e está preocupado com as águas do pontão, que lhe inundam o quintal.

Por se tratar da sua área, a Sr.ª Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte:

Disse que já esteve com o Sr. Agostinho e com os técnicos a apreciar o projeto. As obras da Rua da Vitória estão a andar bem, e tal como lhe tinha dito que a Rua do Sol seria lançada em 2019, informou que o projeto já foi lançado no dia 6 de fevereiro, e inclui a remodelação do pontão e do coletor, tal como lhe tinha prometido. Espera que a obra seja executada este ano, uma vez que está a ser cumprido o que se tinha previsto e dentro dos prazos acordados. Terminou referindo que está sempre ao dispor do Sr. Agostinho para qualquer esclarecimento.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.ª Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

O Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu o seguinte às questões que foram levantadas na última reunião, em que não esteve presente por se encontrar doente, e que agora vai tentar esclarecer:

- Informou que esteve presente numa reunião com as Infraestruturas de Portugal, em que se falou sobre a rotunda do Pero Neto e o cruzamento do Pingo Doce, entre outros assuntos. Levou um esboço do que é a solução ideal para a CMMG para ordenamento do trânsito no Pero Neto, e pela primeira vez as Infraestruturas de Portugal deram abertura para a execução de uma rotunda. Eles têm disponibilidade para fazer a obra mas não para fazer o projeto. A CMMG ficou de desenvolver o projeto, que já está a ser executado pelo Eng.º Vicente, e que será enviado, depois de concluído, para as Infraestruturas de Portugal, para eles programarem a obra. Em relação ao cruzamento do Pingo Doce, a posição foi a mesma. A CMMG executa o projeto, logo que tenha terminado o projeto do Pero Neto, e as Infraestruturas de Portugal fazem a obra. A fase seguinte será acertar datas.
- Informou também que se realizou uma reunião na Direção Geral de Agricultura, sobre o pontão da Galeota, no canal junto ao Rio Lis. Colocou-se a questão de quem era a propriedade do pontão e quem teria a responsabilidade de fazer a sua manutenção. De acordo com a Direção Geral de Agricultura, a responsabilidade seria da Associação de Regantes. Estes, em reunião que teve com eles, demonstraram-lhe que não têm qualquer responsabilidade sobre o pontão. Em 2009 saiu legislação em que estas infraestruturas passavam para os municípios, só que ficou aquele pequeno cantinho. Os moradores da Galeota precisam de ter acessos ao restante concelho, e os regantes também necessitam, e por isso o que ficou acordado foi a CMMG acionar a legislação de 2009 e fazer um acordo de mutação dominial com a Direção Geral de Agricultura, para passar para a CMMG. Sobre este assunto o Sr. Vereador referiu que gostaria de ouvir os restantes Vereadores.

- Adutora Picotes/Marinha Grande e Picotes/S. Pedro – referiu que há 15 dias houve uma grande rotura na adutora Picotes/Marinha Grande, e que foram necessárias cerca de 25 horas para repor o abastecimento de água. Para além do estudo de que tem vindo a falar, o Sr. Vereador referiu que agora já tem um cronograma dos procedimentos, que permitirá lançar obra provavelmente em maio.
Na outra adutora, espera poder lançar obra em junho. As obras serão programadas e executadas em 5 fases, cujos trabalhos o Sr. Vereador detalhou. Referiu ainda que vai ser necessário negociar com o ICNF e com as Infraestruturas de Portugal, porque há atravessamentos na mata e na estrada. Concluiu este tema, referindo que finalmente há um calendário, vontade e condições para executar as obras faladas há tantos anos.
- Saneamento – o Sr. Vereador informou que foi estabelecido um plano de trabalho para terminar as 3 zonas de Picassinos e as 2 zonas da Amieira, prevendo que a 30 de março estejam prontos os projetos, para a fase das Trutas, prevê que os projetos estejam prontos a 30 de abril, e para a fase 4 das Trutas, espera ter os projetos em fim de junho, meados de julho.
Depois de 30 de abril também espera concluir os pequenos projetos da Rua do Aqueduto, na Amieira, da Rua Mestre José da Silva Roque, da Rua dos Pimentas e da Rua que fica detrás da Escola da Várzea. Espera que estejam prontos até ao fim de maio.
- 31 de março – informou que é esta a data estabelecida para a revisão do RMEU e que o trabalho já foi distribuído pelos técnicos.
- Informou sobre a reunião com as Autoestradas do Atlântico, para tentar isentar os nós da Albergaria e da Zona Industrial, que se situam dentro do território da Marinha Grande, de modo a desviar o trânsito do centro e a fazer destes nós uma variante. Sabe que não vai ser fácil, mas vai tentar, com o pedido formal ao IMT, porque há muita vontade de o negociar e conseguir.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra cumprimentou todos os presentes e prestou as seguintes informações:

- Escola dos Outeiros – informou que a nível familiar teve duas semanas difíceis e não teve disponibilidade para reunir com as 3 associações, a quem já o comunicou, assim como a intenção de fazer a reunião esta semana.
- Jardim da Boavista – disse que não mentiu, e que os técnicos que lá estiveram, da DGEstE, e as educadoras, confirmaram que não havia perigo de segurança para as crianças. Havia sim problemas pontuais de pequenas reparações, que foram sendo resolvidas, tanto pela Câmara como pela Junta de Freguesia.
Referiu ainda que a DGEstE não concorda em que se cimente o campo de jogos, mas sim que seja drenado, e que esteve com os pais e eles não assinalaram qualquer situação de perigo. Também esteve na reunião com as educadoras e com a Presidente da Junta de Freguesia e tomaram nota do que era necessário afinar. Por último, referiu que não percebe como é que um ofício dirigido à Presidente da Câmara é divulgado nas redes sociais.
- Corta-mato de desporto escolar nacional – informou que se realiza nos dias 22 e 23 de fevereiro, pela primeira vez na Marinha Grande. Já há 3 anos que aqui se realiza o corta-mato escolar regional, agora é o nacional, e espera que tudo corra bem.
A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho lembrou que foi a Câmara que conseguiu a realização do corta-mato regional, e ela própria, quando era Vereadora desta área.

A Sr.^a Vereadora Patrícia Jorge cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

- a) *Preparação época balnear*
- *Como está a ser preparada a época balnear? Quais as obras previstas para as praias de S. Pedro e Vieira de Leiria (pavimentação, resíduos, limpezas praias, concessões)*
- *Bandeira Azul*
Gostaria que a Sra. Presidente informasse para quantas praias do nosso concelho candidatamos à Bandeira Azul deste ano.
- b) *Ponto situação obras*
- *Qual o ponto de situação das obras que ainda estão por concluir junto à cratera (Pavimentação por exemplo?)*
- *Creche da IVIMA.”*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:

- Sobre a intervenção do Sr. Agostinho, disse que as expetativas são de que se vai fazer, pelo que terá que aguardar.
- Sobre a intervenção da Sr.^a Vereadora Célia Guerra, referiu que ela está preocupada com o mensageiro e não com a mensagem, e é com esta que a Sr.^a Vereadora se deveria preocupar, e em resolver os problemas das suas áreas.
Em 09/01/2019 a Sr.^a Vereadora fez uma nota a dizer que o Jardim da Boavista reunia todas as condições. Mas a DGEstE, a 21/12/2018, e depois de fazer uma vistoria, veio dizer que há situações que põem em perigo a segurança das crianças. Na sua opinião, a Sr.^a Vereadora anda preocupada com quem disse e não com o que se disse. Entende que se deve antes preocupar em resolver os problemas dos municípios, uma vez que é para isso que é paga.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

- a) *Felicitar o Clube de Atletismo, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho nos vários campeonatos, entre as quais no campeonato nacional de juvenis onde na equipa masculina ficou em 4º lugar, com especial relevo e justas felicitações para os jovens David Pereira que se sagrou campeão nacional no lançamento do peso e a Maria Inês Teixeira vice campeã nacional de 60m barreiras e medalha de bronze no salto em comprimento;*
- b) *Felicitar o Desportivo Náutico da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores pelo desempenho no meeting Internacional de Lisboa. Entre os nadadores felicitar os que tiveram melhores resultados: Victor Kot, Giovanna Vargas e ainda Ricardo Silva que se sagrou recordista nacional juvenil dos 4X100 estilos, ao serviço da seleção nacional;*

- c) *Felicitar o Judo Clube da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato nacional de cadetes, com especial relevo para o judoca Alexandre Gaiolas que foi medalha de bronze;*

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

- 2.1 *Sabemos que há centenas de ruas na nossa terra. Ainda bem. O que não é desejável é que tenhamos a maioria com buracos. Vamos lançar um concurso para reparar algumas, mas há outras, com muito trânsito, que não está sequer planeada. Um exemplo é a estrada da Garcia. Um munícipe sugeriu-me para pedir à Sra. presidente e ao Sr. vereador Caetano passasse naquela rua logo de manhã ou ao final da tarde e ver como é impossível ali transitar.
Para quando a solução deste problema?*

- 2.2 *Para algumas ruas, que não vão ser reparadas, sugeria pelo menos tapem buracos, ou como na reunião passada sugeri que colocassem pensos, já que não há condições para reparar as ruas convenientemente. Hoje ainda nada foi feito, vou referir de novo apenas um exemplo:
Rua David Mourão Ferreira: a rua onde está o JI da Várzea e a APPACDM.*

- 2.3 *Travessa do Passal, qual a situação do asfaltamento?*

3. ASSUNTOS DIVERSOS

- 3.1 *Vamos em dois meses a falar aqui na reunião de câmara sobre a análise, discussão e decisão sobre a Escola Primária dos Outeiros.
Sabemos que as três entidades candidatas e estão a precisar de decisões. Não percebemos o motivo do atraso a não ser criar mal estar entre as três entidades e a relação connosco, por questionar tanta vez em função das perguntas que continuamos a receber. Afinal a decisão já foi tomada e qual a razão para que nós continuemos a desconhecer os processos?*

- 3.2 *Qual a decisão deste executivo para considerar as WC's da Praia da Vieira públicas e deste modo suportar os custos, como faz com a WC de S. Pedro. Os pareceres que recebemos falam em apoiar entidades privadas, mas o que dizemos é que as WC são públicas e por isso podemos, e devemos, apoiar.*

- 3.3 *Ontem, e uma vez mais, indo no seguimento do que falei na reunião passada, o Pavilhão da Nery Capucho foi considerado inapto para um jogo do campeonato nacional de voleibol, devido ao piso escorregadio, e tiveram de ir jogar para a FAE.
Somos um concelho com poucos pavilhões, e o Pavilhão Nery Capucho é o melhor pavilhão municipal que temos. Gastamos o ano passado 300.000€ para ficar com um pavilhão sem condições para se jogar. É fundamental que se façam obras, mas com qualidade, que sirvam para os municípios usarem.
Afinal o que está a fazer o executivo permanente para resolver este problema?*

3.4 *A Marinha Grande tem pouco património histórico e o que tem é pouco cuidado. Apenas o exemplo do Jardim Luís de Camões: o Orfeu que ali está em gesso, foi apenas o modelo que serviu ao Orfeu em bronze que está em frente ao Museu Joaquim Correia. Está completamente degradado, ou reparam-no ou retiram-no, pois não é nenhuma obra de arte, mas assim como está, não deve continuar. Ainda neste Jardim temos a pérgula que fez as delícias de muitas crianças, que faz a memória dos marinhenses e que a tempestade Leslie danificou. Hoje finalmente mandaram limpar os cacos. Qual o motivo por que a Sra. Presidente ou o vereador Caetano não mandaram reparar a pérgula mais cedo?*

3.5 *Quartel da GNR em S. Pedro*

O quartel da GNR de S. Pedro está numa casa da Câmara, bem junto à falésia, virada para o mar. Durante a tempestade Leslie, está a fazer 4 meses, a sacada foi destruída, ficando sem parte da janela. Desde então, o vento e o frio entram para a sala de estar, onde os guardas passam o dia e a noite. Colocaram uma tela com fita adesiva na sacada e encostaram um colchão, uma mesa e cadeira, para minimizar o vento que por ali entra, para mais que esta sacada está virada ao mar.

É lamentável, para não dizer vergonhoso, que a Câmara tenha deixado estar durante quatro meses nestas condições as forças de segurança que tratam da nossa população. Para além de não zelar pelo património municipal, já assim fez quando deixou o telhado da colónia mais de um mês sem telhas, chovendo lá dentro, esta situação é alarmante pois os homens que tratam da nossa segurança estão alojados em condições impróprias para um qualquer cidadão. Foram precisos quatro meses para colocar o vidro na sacada, será assim tão difícil?

Mas a necessidade de obras na casa vão muito para além da colocação do vidro. As colunas e pilares estão degradados, com cimento caído e as vigas de ferro à vista, que viradas ao mar, estão a corroer-se. Basta passar na frente da casa para perceber isso na coluna em frente à porta.

Proponho que hoje mesmo, a Sra. Presidente dê ordens para que se faça o levantamento das necessidades de obras daquela casa, que a Câmara é proprietária, e crie melhores condições de conforto aos militares da GNR de S. Pedro.

3.6 *Sobre assuntos que discutimos na reunião passada, espero que o executivo permanente nos esclareça, p.e.:*

- *Rua Ponto da Boavista – cheio de mato*
- *Rua das Cavadas, Pedrulheira - passeios*
- *Cachorros da Rua Vila Real de Santo António*

3.7 *Recebemos há momentos a lista de apoios à atividade desportiva federada, que a vereadora Célia tinha dito na reunião passada que enviaria assim que a reunião terminasse.*

Com base nesta lista e em todos os outros apoios, tenho uma proposta que se publicite esta lista e a lista dos outros apoios, no site da câmara, com link na primeira página. A proposta segue em anexo.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu ainda que queria que a sua proposta fosse votada hoje, nesta reunião.

A Sr.^a Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Voltou à questão colocada a semana passada, quando o Sr. Vereador Carlos Caetano não esteve, e referiu que da mesma forma que se demorou 4 meses a retirar os destroços do Jardim Luís de Camões, também nos estaleiros da Vieira, desde os incêndios e também do Leslie, que há falta de condições de segurança nos balneários.
- Referiu que não recebeu os dados sobre o processo dos painéis, que pediu na última reunião.
- Questionou a razão de as ementas do Agrupamento Nascente não serem divulgadas a par das do Agrupamento Poente.
- Canil dos estaleiros – as fossas não são despejadas, continua a haver inundações, e com a chuva deste domingo a situação repetiu-se. Qual o ponto de situação?
- Furacão Leslie e apoio a dar aos concessionários atingidos – leu o que a Sr.^a Presidente disse na reunião de 16 de outubro. Nessa reunião pediu o levantamento da CCDR mas não o recebeu.

Recordou também o que a Sr.^a Presidente disse nas reuniões de 12 e 26 de novembro. Nesta última disse que da própria CCDR há um parecer, que impede as autarquias de apoiar os particulares, mas não foi enviado aos Vereadores. Também não foram enviados os outros pareceres mencionados.

Seguidamente leu o teor do e-mail enviado da Câmara para a APA, onde diz, nomeadamente, e é isto que a intriga, porque o objetivo não é saber se a Câmara pode apoiar quem ficou prejudicado, mas sim, tal como está escrito, demonstrar à oposição que a obrigação de ter as casas de banho acessíveis a todos os banhistas decorre das obrigações contratuais. É por isso que entende que não basta virem os pareceres, é preciso é saber como foram perguntados.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- Sr. Agostinho – o Sr. Vereador disse-lhe que o problema vai ser resolvido, e fica contente que lhe tenha dito para vir acompanhar o processo.
- Sobre os diversos problemas habitualmente aqui abordados (adutoras, ruas), é bom saber que se vai intervir. São boas notícias, pena é que seja necessário “rebentar” quase tudo para se agir.
- Café da Praia, em S. Pedro – o que se vai passar este ano?
- Perguntou à Sr.^a Vereadora Célia Guerra se já há decisão sobre a candidatura do ACM para o evento de sub-14, a realizar na Páscoa. Pediu celeridade, caso não esteja ainda decidido.
- Lamentou a preocupação da Sr.^a Vereadora Célia com o facto de se ter tornado público um documento que é do interesse público. Mais grave é perguntar, se o documento veio para a Sr.^a Presidente, como é que é tornado público, e ter vindo perguntar a esta mesa. Tem que perguntar à estrutura próxima da Sr.^a Presidente, a quem lhe abre os e-mail's e o correio.
- Concessionários da Praia da Vieira – é uma situação preocupante, porque não é só ajudar os concessionários mas também tomar medidas para o turismo do concelho, e mais preocupante ainda quando agora leu no Jornal de Leiria que a Câmara de Leiria vai ter um parque de atividades na praia do Pedrógão.

- Pareceres sobre o Leslie – considera inadmissível que a Sr.^a Presidente tenha pedido por duas vezes ao Gabinete Jurídico para se pronunciar sobre se a Câmara se pode substituir às seguradoras. É claro que é óbvio que não pode. Mas a pergunta é feita assim ao jurista, tal como a pergunta que o Sr. Chefe de Gabinete fez no e-mail enviado à APA. De acordo com a pergunta feita é que é dada a resposta. E como já decorre do contrato que a Câmara irá apoiar, é óbvio que já não poderá voltar a apoiar. Não é isto que se quer. O que se quer é que a Câmara crie uma situação em que se possa dar apoio, de modo a considerar que o serviço que eles prestam é de interesse turístico. E ainda mais preocupante é quando os municípios vizinhos estão a criar condições para o seu turismo. Sobre este tema voltou a dizer que é urgente encontrar soluções.
- Terminou a intervenção lembrando o seguinte:
 - não recebeu a resposta ao pedido feito na última reunião, sobre o contrato em negociação com o Jornal de Leiria para 2019;
 - ainda falta ser enviado o parecer da CCDD e qual a pergunta que o antecedeu.

A Sr.^a Presidente deu a palavra à Sr.^a Vereadora Célia Guerra, que respondeu o seguinte às questões da sua área de atuação:

- Jardim da Boavista – não está nada preocupada por ser tornado público o documento. Preocupa-se sim com a situação e resolveu-a, em acordo com as várias entidades envolvidas. Mas preocupa-se que nas redes sociais seja chamada de mentirosa e que publiquem só a parte que lhes interessa.
- Escola dos Outeiros – está disponível desde dezembro de 2018.
- Pavilhão Nery – foi chamada uma equipa de climatização, para verificar o que se está a passar agora e que antes não acontecia.
- Apoios – estão todos publicados no *síte* da Câmara, assim como os contratos-programa. As candidaturas também.
- Em relação às ementas, informou que a semana passada corrigiram a situação. Agora não sabe o que se passa, mas já enviou um e-mail a pedir a correção.
- Candidatura do ACM – esta semana a Comissão vai analisar esta candidatura, e outras, e espera que venha à próxima reunião.
- Época balnear – já houve uma reunião para acertar algumas obras. Em termos de animação ainda não se começou a trabalhar, porque agora estão a trabalhar na Semana da Educação e nas Festas da Cidade.

O Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu o seguinte às questões da sua área de atuação:

- Dia 30 de janeiro houve uma reunião interna para verificar as prioridades de obras para a época balnear, e são as seguintes:
 - ⇒ Sanitários públicos dos dois topos, na Praia da Vieira: hoje já vem aqui na modificação uma verba para esta reparação, assim como também para a lota e o mercado;
 - ⇒ Também está a ser vista a limpeza do areal, que é sempre preocupante. Neste momento não sabe se já saiu o procedimento para se contratar este serviço;
 - ⇒ Maquinaria pesada: vai ser lançado um procedimento para aluguer desta máquina, sempre que seja necessário;

- ⇒ Havendo dúvida da quantidade de areia que possa haver no verão, está a ser articulado pela Sr.^a Vereadora, com os clubes, para se estar alerta para a situação;
- ⇒ Passadiços: estão a ser verificadas as necessidades de reposição, para que a APA possa fazer a manutenção, porque é da sua responsabilidade. Se esta não o fizer terá que ser a Câmara a fazê-lo.

A **Sr.^a Presidente** referiu que pediu aos serviços para fazerem um levantamento de todas as situações que houver a tratar com a APA, para se marcar uma reunião com eles, que aguarda.

- O **Sr. Vereador Carlos Caetano** prosseguiu, referindo que é aqui que se encaixa a situação do Café da Praia.
Está a haver um grande desgaste junto às construções, mais do que era hábito. A Câmara esteve lá há duas semanas, com a Proteção Civil e com técnicos da DQV, e sabe que a APA também lá esteve, e eles vão ter que arranjar uma solução. Tudo o que se vier a fazer no café está dependente do que se coordenar com a APA, em termos da sua intervenção.

À Sr.^a Vereadora Patrícia Jorge, o Sr. Vereador respondeu o seguinte:

- Que conta trazer o processo da Rua Aníbal Bettencourt na próxima reunião, e que se trata de uma obra de mais de trezentos mil euros.
- Creche da Ivima – a obra podia ser consignada em meados de 2018, mas surgiu um problema com a estrutura de madeira. Já falou com o engenheiro responsável pelo projeto, a quem deu um prazo, que era a sexta-feira passada. Ficou de fazer a avaliação de todas as intervenções necessárias, mas neste momento não sabe se já entregou.
- Estrada da Garcia – sabe qual é a situação da rua, assim como a da Rua David Mourão Ferreira.
- Sobre a Travessa do Passal, referiu que é uma situação conhecida, está aqui hoje a proprietária, que fez uma boa recuperação do imóvel, e a quem já informou que a rua ia ser intervencionada quando se fizer a Rua Luís de Camões, que é próxima. O concurso da Rua Luís de Camões vai ser lançado hoje.
- Pavilhão Nery – foi pedida uma avaliação a uma empresa de climatização, para se avaliar a situação, porque tudo indica que seja um problema de climatização.
- Estátua Orpheu – o Arqt.^o Pedro Correia já falou do assunto na Assembleia Municipal, e ele próprio defende que se retire. É só chegar lá e retirá-la, pois parece-lhe que é unânime que se retire.
O **Sr. Vereador Aurélio** perguntou quando. O **Sr. Vereador** disse que não sabe apontar uma data.
- Pérgula – o **Sr. Vereador** referiu que houve uma situação de “empurra”, para se saber de quem era a responsabilidade para se retirarem os destroços.
- Casa da GNR – já tinha despachado a requisição, e ficou agora a saber que já foi feita a reparação.

A **Sr.^a Presidente** referiu que a informação que tem é que não foi fácil arranjar quem viesse fazer a obra, por se tratar de uma janela de sacada muito grande. É esta a informação que lhe chegou dada pelos serviços.

O Sr. Vereador Carlos Caetano prosseguiu, e respondeu o seguinte às questões colocadas pela Sr.^a Vereadora Lara Lino:

- Estaleiros da Vieira – defendeu que a melhor solução, e mais rápida, era a instalação de contentores, com todas as condições.

A empresa foi escolhida no fim de 2018, os contentores instalavam-se facilmente, só que em novembro e dezembro a Câmara não podia lançar concursos que implicassem plurianualidades. A situação tem que ver com a rejeição do orçamento, mas não quer utilizar isso como desculpa.

Neste momento, e depois de falar com a Junta de Freguesia e com os trabalhadores, concluiu-se que o melhor seria fazer a reparação definitiva do espaço, em vez de colocar os contentores, só que é uma solução mais demorada. Neste momento está a ser desenvolvido o projeto, e deixou de lado a solução dos contentores.

- Canil – até agora não tinha qualquer informação de que a situação se tinha repetido. Soube neste momento, pelo que vai ver.
- Lançamento de novas obras – terminou agradecendo às Sr.ªs Vereadoras da CDU, que ao aprovarem o orçamento permitiram que seja possível fazer as obras que enumerou.

A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- Informou que o processo dos painéis está aqui na reunião, para que a Sr.ª Vereadora Lara possa consultar.
- Informou também que o Secretário de Estado das Florestas irá brevemente dar nota ao Observatório do Pinhal do Rei dos investimentos a realizar na Mata, aguardando-se o agendamento dessa reunião.
- Informou que está a ser desenvolvido um programa de sensibilização da população, coordenado pelo Serviço Municipal da Proteção Civil, com a colaboração da GNR, PSP e Juntas de Freguesia, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, denominado “Marinha Segura”.

Está também a ser publicitada a necessidade da limpeza de matos, de modo a evitar as coimas. Também nos terrenos agrícolas junto ao Rio Lis, em que as pessoas costumam fazer queimadas, a Câmara está a preparar situações de fogos regulados, e por isso está em contacto com a Associação de Regantes para identificar os proprietários.

- Aeroporto de Monte Real – já está a haver reuniões, e quando tiver mais informações trará à reunião.
- Painéis – foi disponibilizado o processo, que a Sr.ª Vereadora Lara Lino consultou durante a reunião.

A **Sr.ª Presidente** informou ainda que se está a tratar da ligação de dois deles, e que espera depois vir a publicitar as informações mais relevantes para o concelho.

- Escola da Moita – informou que está em obra, e que hoje vêm à reunião trabalhos a menos.
- Está também em execução a Rua e a Travessa do Mirante, na Vieira.
- Sobre a obra da Casa da GNR, em S. Pedro, referiu que o edifício foi visitado no final do ano pelos serviços da Câmara e necessita de uma intervenção profunda. Para isso é preciso um projeto, mas neste momento os técnicos estão a dar prioridade às situações de água e saneamento, e por isso, infelizmente, a resposta não pode ser tão célere como gostaria.
- Concessionários das praias – há cerca de duas semanas houve uma reunião com os concessionários e a ARH, onde foram vistas as condições das concessões, nas quais se incluem também os sanitários, e por isso as concessões têm uma licença com um período mais alargado, para que possam reaver o investimento feito.

- Relativamente às situações que não respondeu agora, informou que tomou nota e irá responder depois, por escrito.
- Em relação à proposta apresentada pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, a Sr.^a Presidente informou que a mesma irá para os serviços e depois será agendada para a próxima reunião e incluída na respetiva ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.^a Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:25 horas às 16:50 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Quando a reunião foi retomada, a **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** informou que a situação das ementas já está regularizada, porque a ementa teve que ser corrigida.

A **Sr.^a Presidente** pediu aos Srs. Vereadores para que o ponto 43, referente à 1.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, seja apreciada e votada logo a seguir ao ponto 16, de modo a que a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira ainda esteja ao serviço e possa vir à reunião prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados. Os **Srs. Vereadores** concordaram.

A **Sr.^a Presidente** auscultou a disponibilidade dos Srs. Vereadores para a elaboração da revisão ao orçamento para integrar o saldo de gerência, sugerindo que se comece a trabalhar para a próxima semana, fazendo uma reunião de trabalho, para se ver qual o método a utilizar.

Assim, pediu aos Srs. Vereadores que indicassem um dia e hora.

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** pediu à Sr.^a Presidente que antes seja enviado aos Vereadores um esboço, para que possam refletir e depois discutir já nessa reunião.

Por acordo entre todos, ficou agendada a referida reunião de trabalho para dia 21/02/2019, às 09:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 1, da reunião ordinária do dia 14 de janeiro de 2019

67 - Presente a ata n.º 1, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de janeiro de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções, das Sr.ªs Vereadoras Célia Guerra e Patrícia Jorge, por não terem estado presentes na reunião.

2. Aprovação da ata n.º 2, da reunião extraordinária do dia 25 de janeiro de 2019

68 - Presente a ata n.º 2, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de janeiro de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge, por não ter estado presente na reunião.

3. Cargos de direção intermédia de 3.º grau - Aumento do nível remuneratório

Presente a seguinte proposta:

“Presente informação nº I/265/2019 - DJA, de 04 de fevereiro, pp.;

A nova estrutura orgânica, constante do Despacho n.º 9535/2018, publicitado na 2.ª Série do Diário da República n.º 196, de 11 de outubro, respeita os dois cargos de direção intermédia de 3.º grau, os quais, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia 7 de dezembro de 2012, e mantém quanto à remuneração, as disposições emanadas daquele órgão naquela data (fixada a 3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior (1 407,45€), com opção pelo vencimento da categoria de origem);

Volvidos seis anos e tendo em conta a transformação do enquadramento jurídico e financeiro que regula a vida das autarquias e do poder local bem como o processo de transferência de competências por via legislativa de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais, em curso, implicando a transferência de recursos humanos, patrimoniais e financeiros, acrescem maiores solicitações aos titulares dos cargos dirigentes, sem diferenciação, de garantia da prossecução das atribuições cometidas ao respetivo serviço, assegurando o seu bom desempenho através da

otimização de recursos e promovendo a satisfação dos destinatários da sua atividade, mantendo a liderança, a motivação e empenho dos/as trabalhadores/as do respetivo serviço;

Exigências, competências, responsabilidade e autonomia no trabalho a desenvolver, pelas chefias de unidade que não se coadunam com o nível remuneratório atribuído pela Assembleia Municipal em 2012 – 3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, a que corresponde o valor de 1.407,45 euros;

Atento o nº 3 do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, a definição da remuneração dos titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º Grau pode ser fixada na 6.ª posição remuneratória, inclusive, da carreira geral de técnico superior desde que assim o delibere a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

O impacto financeiro desta alteração, de € 21.410,24, encontra-se inscrito na dotação proposta de documentos previsionais 2019/2022;

A Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, delibera aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a alteração da remuneração dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, para a 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior, nível 31 da tabela remuneratória única, com o montante pecuniário de 2.025,35 euros.”

Sobre a proposta em apreço, os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:

“Como questão prévia: A alteração ao regulamento da estrutura orgânica flexível da CMMG que veio a reunião de Câmara em 18-10-2018 já foi publicada em DR? A proposta de deliberação vai no sentido de alterar o posicionamento remuneratório de chefias de unidade. A que chefias diz respeito? À estrutura orgânica em vigor (publicada em DR em 11 de outubro) ou àquela que foi alterada em reunião de câmara de 18 de outubro?

Por outro lado, não há enquadramento legal para se considerar chefias intermédias de 3º grau a pessoas que ocupam “áreas de competências” nos termos do artigo 4.º do DL 305/2009 atualizado. O diploma é claro! Ou seja, a estrutura orgânica da CM pode prever a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau, contudo estes inserem-se em sub unidades orgânicas, e não em áreas de competência conforme se pretende.

A Lei 49/2012 prevê no n.º 3 do art. 4.º “No caso previsto no número anterior, (quando a estrutura orgânica prevê a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior) cabe à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior.

Logo, as questões que colocamos são as seguintes:

- Quais efetivamente são as subunidades orgânicas em causa?*
- Quais as competências para estas unidades?*
- Que licenciatura a Câmara definiu como a exigível?*
- Que período de experiência profissional?*
- Quantas pessoas têm estas chefias a cargo?*

E estas questões não são esclarecidas na informação interna que instrui este ponto. Ademais, na referida informação também não se fundamenta o motivo pelo qual se pretende passar da 3ª posição remuneratória para a 6ª posição, correspondendo a um

aumento de € 617,90, ou seja, mais de 44% de aumento? Porque não se passa para a 4ª ou a 5ª posição?

O sistema integrado de avaliação – SIADAP está a ser implementado e os trabalhadores são avaliados?

Não vem justificado qual o trabalho tão extraordinário realizado pelos/as trabalhadores/as que justifique a alteração da posição remuneratória. Que competência tão extraordinária é a destes trabalhadores quando o SIADAP ainda não está feito desde 2016, o que prejudica todos os trabalhadores.

Estas trabalhadoras têm sido avaliadas?

Um aumento numa época em que os vencimentos de todos os trabalhadores ainda não foram repostos e ainda não se verificam progressões na carreira, como vai a organização sentir que há colegas a quem foi dado um aumento com esta amplitude?"

A **Sr.ª Presidente** esclareceu que os lugares de chefia em causa são dois e que a alteração à estrutura orgânica foi publicada no Diário da República do dia 27/11/2018. Informou ainda que não houve avaliação no último biénio, e que, na sequência do descongelamento de escalões, os trabalhadores foram aumentados em função da pontuação que detinham.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se é possível ter acesso ao SIADAP com a avaliação das duas trabalhadoras que ocupam estes lugares de chefia.

A **Sr.ª Presidente** respondeu que vai recolhê-la e que o Sr. Vereador depois poderá consultar.

A **Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge** referiu que estas trabalhadoras não podem ter um cargo de direção intermédia de 3.º grau estando integradas numa área de competência, quando a lei diz que devem estar integradas numa subunidade orgânica.

A **Sr.ª Presidente** perguntou à Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge, com base no que acabou de dizer, o que é que propunha.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que já é a terceira ou quarta vez que este assunto vem à reunião e subsistem sempre dúvidas, porque a informação disponibilizada não é explícita. Por outro lado, também levantou a questão de como é que os restantes trabalhadores da organização olham para este aumento remuneratório, e, comparativamente com os chefes de divisão, qual o número de trabalhadores que têm a seu cargo.

A **Sr.ª Presidente** referiu que percebe as questões que colocou, e que efetivamente não se pode comparar com os chefes de divisão, daí que, com as novas competências, tenha que ser feita uma alteração ao mapa de pessoal.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** propôs que se retire o ponto e que esteja junto ao processo o parecer das respetivas chefes de divisão.

A **Sr.ª Presidente** pediu à Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge que lhe faça chegar por escrito as questões que agora colocaram, para poder sanar as dúvidas levantadas.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que, para si, a questão é mais profunda, e enquanto não vier para cima da mesa a questão de todos os outros trabalhadores as Vereadoras da CDU não estão disponíveis para discutir este assunto, respeitante apenas a duas trabalhadoras.

A **Sr.ª Presidente** referiu que esse assunto não está esquecido e que está a ser tratado com o sindicato, porque é uma preocupação deste executivo, que quer resolver esses assuntos.

Terminada esta discussão, e com a concordância de todos os Srs. Vereadores, a Sr.ª Presidente retirou este ponto.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

4. Resumo de Tesouraria do dia 05 de fevereiro de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia cinco de fevereiro de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.568.342,04€** (treze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois euros e quatro centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

5. 2.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019

69 - Presente proposta da 2ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

2.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2019 no valor de 134.126,05 euros nos reforços e de 134.126,05 euros nas anulações.

2.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019 no valor de 31.750,00 euros nos reforços e de 31.750,00 euros nas anulações.

2.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2019 no valor de 40.870,00 euros nos reforços e de 40.870,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 2.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. P.A. N.º 87/2018-AP/DCD – “Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de setembro a dezembro de 2018”. Aprovação de serviços a menos.

70 - Presente o processo de aquisição nº 87/2018 – AP/DCD, com o objeto “**Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de setembro a dezembro de 2018**” adjudicado de acordo com deliberação camarária de 10 de setembro de 2018, nos seguintes termos:

- **Lote 1** à proposta apresentada pela concorrente **UNISELF - SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.**, pelo valor global de 79.415,64€ (setenta e nove mil, quatrocentos e quinze euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- **Lote 2** à proposta apresentada pela concorrente **GERTAL - COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.**, pelo valor global de 69.170,20€ (sessenta e nove mil, cento e setenta euros e vinte cêntimos) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- **Lote 3** à proposta apresentada pela concorrente **GERTAL - COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.**, pelo valor global de 7.218,72€ (sete mil, duzentos e dezoito euros e setenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

Considerando que os serviços de confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, terminou em finais de dezembro de 2018, e que nessa data não existiam serviços por faturar, encontrando-se concluída a execução física do contrato.

A Câmara Municipal, depois de analisado o processo, delibera, de acordo com o artigo 379.º, nº. 1 aplicável por remissão do artigo 454.º, nº. 6, ambos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do P.A. nº 87/2018-AP/DCD com o objeto “**Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de setembro a dezembro de 2018**”, proceder à aprovação de serviços a menos, com produção de efeitos a 31 de dezembro de 2018, para:

- **Lote 1 adjudicado ao concorrente UNISELF - SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.**, no montante de 17.884,05 euros, com IVA incluído à taxa legal em vigor;
- **Lote 2 e 3 adjudicado ao concorrente GERTAL - COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.**, no montante de 16.322,95 euros, com IVA incluído à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. Pedido de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, para efeitos de aplicação e cumprimento do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual – Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, ao abrigo da autorização prévia genérica, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

71 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 21/12/2017, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013,

de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

- 1) À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente, independentemente do valor;
- 2) Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- 3) À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
- 4) À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande;
- 5) À empreitada de Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande – Concurso Público n.º 30/2017

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2018.

Considerando que, na sessão ordinária de 29/12/2017, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, nos termos do art.º 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual e do artigo 24º do RJAL - Regime Jurídico das Autarquias Locais, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano económico de 2018.

Presente informação CS/004/2019 de 06/02/2019, e documentos anexos, referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, que possuem contrato escrito assinado, quando aplicável, no mesmo período, e que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 29/12/2017.

Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do seu teor e remeter a mesma à Assembleia Municipal, conforme preceituado no ponto D) da deliberação de autorização genérica prévia concedida por este órgão deliberativo na sua sessão de 29/12/2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. Autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais no termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

72 - Presente informação n.º DP1/2019 de 05.02.2019 da DAF relativa ao assunto identificado em epígrafe.

Considerando que os referidos processos foram objeto de cabimento e compromisso em 2019 por conta das dotações disponíveis nos Documentos Previsionais de 2019, e que possuem o devido enquadramento nos fundos disponíveis apurados.

Considerando o exposto e os motivos invocados em cada caso, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais em 2019 atentos os processos identificados na informação n.º DP1/2019 de 05.02.2019, nos quadros n.º 1 a 3, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com efeitos a 31.12.2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

9. Conservação e reabilitação de pavimentos na rede viária do Concelho - Concurso público n.º 21/2018. Deliberação inicial.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou o seguinte:

“Tendo em conta o estado caótico em que estão a generalidade das nossas ruas, porque demorou tanto tempo a lançar este concurso publico para a reparação de algumas ruas, quando o parecer técnico tem data de 30/10/2018, ou seja há mais de 3 meses?”

A **Sr.ª Presidente** respondeu que, tal como o Sr. Vereador Caetano já tinha dito, como o orçamento não estava aprovado em outubro a Câmara estava impedida de lançar obra nos sessenta dias seguintes.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou ainda que o processo só veio agora porque há procedimentos e prazos a cumprir.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

73 - Presente informação com a ref.ª RV-16-2018 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano

de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 197.216,58€ (cento e noventa e sete mil, duzentos e dezasseis euros e cinquenta e oito cêntimos) e o prazo de execução é de 60 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Rui Vicente (Presidente), Cristina Silva (Vogal), Isabel Alves (Secretário) e como suplentes Mauro Oliveira e Miguel Figueiredo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Requalificação da cantina escolar da Embra - Concurso público n.º 22/2018. Deliberação inicial.

74 - Presente informação com a ref.^a MO/02/18001 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Gestão do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 317.900,00€ (trezentos e dezassete mil e novecentos euros) e o prazo de execução é de 150 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;

- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Mauro Oliveira (Presidente), Miguel Figueiredo (Vogal), Isabel Alves (Secretário) e como suplentes Cristina Silva e Rui Vicente.

Mais delibera aclarar a deliberação de aprovação do projeto de execução referente à requalificação da Cantina Escolar da Embra, de 1 de outubro de 2018 no sentido de que a referida deliberação de aprovação foi exercida no âmbito das competências conferidas pela alínea f) do nº 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. CP 05/2018 - “Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita” - Aprovação de trabalhos complementares e prorrogação do prazo da empreitada em 30 dias seguidos

75 - Presente informação com referência MA.03.2019, de 22 de janeiro de 2019, que se dá por integralmente reproduzida, relativa à empreitada de “Requalificação/Ampliação da Escola Básica da Moita” adjudicada à empresa ARLINDO LOPES DIAS UNIPESSOAL,LDA, na qual se propõe:

- a aprovação de trabalhos complementares de natureza não prevista, a preços acordados no valor de 6.950,16 euros (seis mil novecentos e cinquenta euros e dezasseis cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 6%, de acordo com a alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- a prorrogação do prazo da empreitada em 30 dia seguidos;
- a notificação ao empreiteiro para apresentação de plano de trabalho atualizado em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 361º do CCP.

A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro em conjugação com a alínea b) do nº 18º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, na sua atual redação e artigos 370º, nº 4; artigo 374º; e nº 3 do artigo 361º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito da empreitada de “Requalificação/Ampliação da Escola Básica da Moita”:

- aprovar de trabalhos complementares de natureza não prevista, a preços acordados no valor de 6.950,16 euros (seis mil novecentos e cinquenta euros e dezasseis cêntimos) acrescidos de IVA à taxa de 6%, de acordo com a alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- prorrogar o prazo da empreitada em 30 dia seguidos;
- notificar o empreiteiro para apresentação de plano de trabalho atualizado em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 361º do CCP;
- aprovar a minuta de contrato adicional a celebrar, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. “Requalificação da Rua e Travessa do Mirante” – Concurso Público N.º 17/2018 – Aprovação do Plano de Trabalhos

76 - Presente para análise Plano de Trabalhos Ajustado da obra de “*REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DO MIRANTE*”, apresentada pela empresa adjudicatária “Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda”.

Presente informação técnica com a ref.ª LS.09.2019, data de 30/01/2019, através da qual se confirma que plano de trabalhos define com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o esclarecimento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, na unidade de tempo base do programa.

Considerando que cabe ao dono da obra aprovar o plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica a LS.09.2019, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, aprovar o plano de trabalhos da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DO MIRANTE”, adjudicada à empresa “Delfim de Jesus Martins & Irmão, Lda”, nos termos do disposto no artigo 361º do CCP.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

13. Isenção do pagamento de taxas

77 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A Alóédia Vieira - Associação Recreativa e Cultural, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de Baile e Desfile de Carnaval - a realizar entre 02 e 05 de março de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de recinto improvisado.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de um Concerto e Festa Temática de Carnaval - a realizar no dia 15 de fevereiro de 2019.

A Fábrica Igreja Matriz de Marinha Grande - Capela de Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização de um jantar dançante alusivo ao Dia da Mulher - a realizar no dia 8 de março de 2019.
- Licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade.

Presentes as informações nº 7/CS, 8/CS e 9/CS de 04 de fevereiro de 2019 e 06 de fevereiro de 2019, respetivamente, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Alóédia Vieira - Associação Recreativa e Cultural, o Clube Desportivo Moitense e a Fábrica Igreja Matriz de Marinha Grande - Capela de Albergaria, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, da licença de utilização de espaço público ou privado com publicidade e da licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Autorização para a realização de atividade ruidosa temporária, de carácter festivo, da Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego

78 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/892/2019, a Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou a isenção das taxas para a emissão da licença especial de ruído, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizará no dia 02 de fevereiro de 2019;

Considerando que a câmara só reunirá ordinariamente no dia 11 de fevereiro de 2019;

Considerando que é um evento que pretende promover o associativismo e o convívio da população do concelho;

Considerando que até à data do evento não é possível reunir extraordinariamente a Câmara;

Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.ª Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho da Presidente da Câmara, datado de 31 de janeiro de 2019, respeitante à isenção das taxas pela emissão da licença especial de ruído, requerido pela Associação Social Cultural e Desportiva de Casal Galego, para realização de um espetáculo de Karaoke.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Autorização para a realização de atividade de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas - “Corrida do Vidreiro”

79 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/1195/2019, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vidreira, solicitou a isenção das taxas para a emissão de autorização para realização de atividade de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizará no dia 02 de fevereiro de 2019;

Considerando que a câmara só reunirá ordinariamente no dia 11 de fevereiro de 2019;

Considerando que o evento pretende celebrar o 85º Aniversário do 18 de Janeiro de 1934, data de grande importância histórica para o concelho;

Considerando que até à data do evento não é possível reunir extraordinariamente a Câmara;

Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.ª Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho da Presidente da Câmara, datado de 31 de janeiro de 2019, respeitante à isenção das taxas pela emissão de autorização para realização de atividade de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, requerido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vidreira, para realização da “Corrida do Vidreiro”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

RECURSOS HUMANOS

16. Proposta de abertura de procedimentos concursais – Autorização do órgão executivo em cumprimento do disposto no artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual.

A Sr.ª Vereadora Patrícia Jorge colocou as seguintes questões:

“Por que razão o mapa de pessoal prevê a criação de 30 novos postos de trabalho e a proposta de deliberação prevê apenas a abertura de procedimento concursal para 8? De quem é esta proposta?”

A proposta de técnicos e assistentes técnicos foi definida por quem? São os técnicos que os dirigentes consideram de maior prioridade? Ou seja, isto é uma decisão da Presidente ou os dirigentes foram ouvidos?

Constatamos que não há recursos para a área da educação, desporto e assuntos sociais. Esta área não é prioritária para a Sr.ª Presidente?

Qual é a natureza do procedimento concursal (externo, interno, mobilidade?), não se percebe da informação disponibilizada.

Porque é que um dos contratos é a termo resolutivo?”

A **Sr.ª Presidente** referiu que a proposta é sua, esclareceu que a autorização para a abertura dos 8 procedimentos concursais fica condicionada à aprovação da revisão, e remeteu o esclarecimento das restantes questões para o enquadramento legal constante da informação dos Recursos Humanos e da própria proposta de deliberação.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

80 - Presente informação dos serviços de Recursos Humanos, anexa à presente, intitulada *“Abertura de procedimentos concursais – Autorização do órgão executivo em cumprimento do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual. Proposta”*, com o enquadramento legal atinente a esta matéria.

O mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2019 foi aprovado pela Assembleia Municipal em 20 de dezembro de 2018, contendo os postos de trabalho necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante o corrente ano, onde se incluem novos recrutamentos.

Para dar resposta cabal às necessidades dos serviços e populações, e em prol do interesse público, é imprescindível reforçar os meios humanos, pois sem os recursos suficientes é-nos impossível ser uma organização ágil e pronta a uma resposta eficiente e eficaz junto dos municípios.

Fazendo uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, a Exma. Câmara Municipal, em reunião ordinária de 14 de janeiro de 2019, deliberou aprovar a dotação global de 224.853,83€ para a contratação de pessoal por tempo indeterminado e 8.852,41€ para a contratação de pessoal a termo.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, na sua redação atual, os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal.

Nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, o recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho com recurso a estes trabalhadores, podem ser recrutados trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, conforme disposto na primeira parte do n.º 4.

Considerando que devem ser tidos em conta os princípios de racionalização e eficiência que norteiam a atividade municipal, que implicam a racionalização e a economia dos meios, e designadamente por razões de celeridade, economia processual e aproveitamento dos atos numa lógica de contenção de custos, a que acresce a notória urgência de proceder ao recrutamento face à clara insuficiência de meios humanos, os procedimentos devem ser destinados a candidatos com e sem vínculo de emprego público, sem prejuízo do estrito cumprimento da legislação em vigor, designadamente o n.º 3 e 4 do artigo 30.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º, ambos da LTFP, que hierarquizam a prioridade do recrutamento, estabelecendo como preferência os candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de entre os quais, em primeiro lugar, os que estiverem em regime de valorização profissional, e, em última análise e esgotada esta possibilidade, candidatos com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

As necessidades de recrutamento elencadas na informação já aludida, previstas no mapa de pessoal aprovado, não podem ser satisfeitas ao abrigo do Regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, preconizado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, conjugado com a solução interpretativa uniforme n.º 5 da reunião de coordenação jurídica, de 15 de maio de 2014, homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, considerando que não tem de ser consultada a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA, na qualidade de entidade gestora.

No que respeita à consulta à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento, em cumprimento do artigo 4.º, n.º 1 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, cuja atribuição é conferida ao INA, por força do artigo 2.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi prestada a seguinte informação *“não tendo ainda decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado.”*

Quanto aos trabalhadores em regime de requalificação e no estrito cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 13.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, foi consultada a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), tendo a entidade informado que *“(…) não tem qualquer Comissão criada, até ao momento, sobre a existência ou não de trabalhadores em situação de valorização profissional aptos a suprir as necessidades identificadas.”*

No que respeita ao enquadramento orçamental da despesa, foi efetuado o cabimento, conforme documentos comprovativos. No quadro plurianual de programação orçamental, foi prevista dotação em anos seguintes que permita assegurar o pagamento do vencimento aos trabalhadores recrutados, nas classificações económicas atinentes ao pessoal em funções.

A proposta de cabimento cumpre com os limites aprovados pela Exma. Câmara Municipal, no uso da competência conferida pelo n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, em reunião ordinária de 14 de janeiro de 2019.

Nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas.

Assim, e considerando o exposto, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 33.º da LTFP, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, proponho que a Exma. Câmara Municipal, nos termos dos n.º 1, 3 e 4 do artigo 30.º da LTFP, conjugado com o artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, delibere autorizar a abertura dos procedimentos concursais constantes da informação em anexo, destinados também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis.

A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto **delibera**, nos termos dos n.º 1, 3 e 4 do artigo 30.º da LTFP, conjugado com o artigo 4.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, **autorizar a abertura dos procedimentos concursais que se passam a identificar, destinados também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis:**

- Um técnico superior (ciências políticas e relações internacionais ou economia ou organização e gestão de empresas ou contabilidade e administração) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Gabinete de Apoio ao Empresário e Empreendedorismo;
- Um técnico superior (economia ou gestão e administração pública ou gestão autárquica) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Gabinete de Desenvolvimento Estratégico e Candidaturas;
- Um técnico superior (engenharia civil) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida;
- Um técnico superior (arquitetura paisagista) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida;
- Um técnico superior (gestão e administração pública ou gestão de empresas) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Área de Competência Recursos Humanos;
- Um técnico superior (arquitetura) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Área de Competência Gestão Urbanística;
- Um técnico superior (engenharia civil) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Área de Competência Gestão Urbanística;

- **Dois técnicos superiores (arquitetura) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Gestão do Território – Planeamento e Projetos;**
- **Um técnico superior (engenharia civil) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Gestão do Território – Planeamento e Projetos;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Aprovisionamento;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida – área de infraestruturas;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida – área de serviços urbanos;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o front-office do Balcão de Atendimento ao Município;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o back-office do Balcão de Atendimento ao Município;**
- **Três assistentes operacionais na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida – infraestruturas viárias;**
- **Dois assistentes operacionais na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida – serviços gerais/pintura;**
- **Seis assistentes operacionais na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida – serviços urbanos/gestão ambiental;**
- **Dois assistentes operacionais na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Qualidade de Vida – Centro de Recolha Oficial;**
- **Um assistente operacional na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão Jurídica e de Apoio – Mercados e Feiras;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a subunidade orgânica Contabilidade.**

A autorização de abertura dos procedimentos concursais que se passam a identificar, fica condicionada à aprovação da revisão pelo órgão executivo, entrando em vigor no 1.º dia útil seguinte à decisão:

- **Um técnico superior (gestão e administração pública ou gestão de empresas) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Área de Competência Recursos Humanos;**
- **Um técnico superior (arquitetura) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Área de Competência Gestão Urbanística;**
- **Um técnico superior (engenharia civil) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Área de Competência Gestão Urbanística;**
- **Dois técnicos superiores (arquitetura) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Gestão do Território – Planeamento e Projetos;**
- **Um técnico superior (engenharia civil) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Gestão do Território – Planeamento e Projetos;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o front-office do Balcão de Atendimento ao Município;**
- **Um assistente técnico na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o back-office do Balcão de Atendimento ao Município.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

Nesta altura foi discutido e votado o **ponto 43**, referente à 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – 1.ª Revisão

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

17. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento a Pessoa Portadora de Deficiência na rua das Figueiras nº 123 - Marinha Grande

81 - Presente pedido com o registo n.º E/582/2019, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência na rua das Figueiras n.º 123 - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/2/2019 de 25-1-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/582/2019, para colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência na rua das Figueiras n.º123 - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/2/2019 de 25-1-2019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M11d - deficientes, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, um lugar no início da gare de estacionamento sito na rua das Figueiras - Marinha Grande, como indicado na planta de situação igualmente incluída na referida informação técnica.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GESTÃO URBANÍSTICA

18. Req.º nº 62/19, datado de 14/01/2019 - Proc.º n.º 273/18, datado de 12/07/2018 - Tiago José Duarte Bom

82 - Presentes requerimentos n.º 1268/18 e n.º 62/19, registados em 2018/07/12 e 2019/01/14, respetivamente, subscrito por **Tiago José Duarte Bom**, com o NIF 237260786, com residência na Rua do Carreirinho, n.º 38, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria, constantes do processo camarário n.º 273/18, registado em 2018/07/12, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e obra de construção de muros**, no prédio urbano sito na Rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20330-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20466.

Presente parecer técnico, datado de 2019/01/30, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta apto para aprovação.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 273/18, registado em 2018/07/12, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e obra de construção de muros, no prédio urbano sito na Rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20330-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20466, apresentado por Tiago Jose Duarte Bom, com o NIF 237260786, com residência na Rua do Carreirinho, n.º 38, Casal dos Claros, freguesia de Amor, concelho de Leiria.

2- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 55,60 m2, destinada a berma, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Agroeira, conforme descrição e configuração constante gráfica “Planta de Implantação Sobre o Levantamento Topográfico, Desenho n.º 01.02, entregue a coberto do requerimento n.º 62/19, registado em 2019/01/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 2261/18, datado de 18/12/2018 - Proc.º n.º 417/18, datado de 02/10/2018 - Jorge Manuel Ferreira Duarte e Elisabete Gaspar Pedro Duarte

83 - Presente requerimento n.º 2261/18, datado de 2018/12/18, constante do processo camarário n.º 417/18, subscrito por **Jorge Manuel Ferreira Duarte**, com o NIF 195789024 e por **Elisabete Gaspar Pedro Duarte**, com o NIF 206004362, ambos residentes em rua da Marinha Grande, n.º 12, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7922 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6336.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/02/05, referente ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7922 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6336, com o número de processo 417/18, com data de entrada em 2018/10/02, apresentado por Jorge Manuel Ferreira Duarte, com o NIF 195789024 e por Elisabete Gaspar Pedro Duarte, com o NIF 206004362, ambos residentes em rua da Marinha Grande, n.º 12, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar os requerentes que, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, deverão apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 2072/18, datado de 15/11/2018 - Proc.º nº 489/18, datado de 15/11/2018 - Sossego do Avozinho Lda

84 - Presente pedido com o registo n.º 2072/18, datado de 15/11/2018, relativo a **legalização e demolição de edificações existentes, destinadas a arrumos**, sitas na rua de Leiria, na localidade do Boco, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4883 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2937, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 489/18, com data de entrada de 15/11/2018, apresentado por **Sossego do Avozinho Lda**, com o NIPC 507 928 393, com sede no Lameiro, freguesia de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 4/02/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao processo relativo a legalização e demolição de edificações existentes, destinadas a arrumos, sitas na rua de Leiria, na localidade do Boco, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4883 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2937, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 489/18, com data de entrada de 15/11/2018, apresentado por Sossego do Avozinho Lda, com o NIPC 507 928 393, com sede no Lameiro, freguesia de Monte Real e Carvide e concelho de Leiria, com o condicionalismo de apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 50/19, datado de 11/01/2019 - Proc.º nº 195/18, datado de 24/05/2018 - João Alexandre Duarte Bom

85 - Presentes requerimentos n.º 992/18 e n.º 50/19, registados em 2018/05/24 e 2019/01/11, respetivamente, subscritos por **João Alexandre Duarte Bom**, com o NIF 216534720, com residência na Praça Amílcar Alexandre Gordalina, lote 13, 4ºC, Gândara dos Olivais, Marrazes, Leiria, constantes do processo camarário n.º 195/18, registado em 2018/05/24, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia, um anexo e muros**, no prédio urbano sito na Rua do Outeiro, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20331, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1010.

Presente parecer técnico, datado de 2019/01/31, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta apto para aprovação.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 195/18, registado em 2018/05/24, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia, um anexo e muros, no prédio urbano sito na Rua do Outeiro, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20331, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1010, apresentado por João Alexandre Duarte Bom, com o NIF 216534720, com residência na Praça Amílcar Alexandre Gordalina, lote 13, 4ºC, Gândara dos Olivais, Marrazes, Leiria.

2- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 70,50 m2, destinada a berma, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Agroeira, conforme descrição e configuração constante gráfica “Planta de Implantação Sobre o Levantamento Topográfico, Desenho n.º 01.02, entregue a coberto do requerimento n.º 50/19, registado em 2019/01/11, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 84/19, datado de 17/01/2019 - Proc.º n.º 291/18, datado de 19/07/2018 - Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes

86 - Presentes requerimentos n.º 2246/18 e n.º 84/19, registados em 2018/12/14 e em 2019/01/17, respetivamente, subscritos por **Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes**, com o NIF 146130499, com residência na Rua dos Fornalistas, n.º 45, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 291/18, registado em 201/07/19, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e obra de construção de muros**, a erigir no prédio urbano sito na Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 17250, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14389, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2018/09/17.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/12/19, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Presentes elementos de alteração ao projeto de arquitetura em conformidade com os condicionalismos de aprovação do projeto, conforme atesta o parecer emitido em 29/01/2019.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e obra de construção de muros, a erigir no prédio urbano sito na Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 17250, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14389, constante do processo camarário n.º 291/18, registado em 2018/07/19, apresentado por Rosa Maria Madeira Nunes Fernandes, com o NIF 146130499, com residência na Rua dos Fornalistas, n.º 15, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- Informar que mantém-se a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 16 m², destinada a passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Topografia e Implantação, Desenho 1B”, entregue a coberto do requerimento n.º 84/19, registado em 2019/01/17, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar a requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar o complemento do passeio em blocos retangulares de betão (0,20mX0,10mX0,06m) após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. Na zona das entradas poderá ser rebaixado o passeio. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma espessura mínima de 0,12m.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 2269/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º nº 109/18, datado de 27/03/2018 - João Manuel Serra Sousa Matias

87 - Presente processo camarário nº 109/18, registado em 2018/03/17, referente ao **pedido de licenciamento de obras de construção de uma moradia e muros, bem como o licenciamento da obra de demolição de construção existente no prédio**, integrado no procedimento de licença, a erigir no prédio urbano situado na Rua do Alto Alentejo, no lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o nº 20338-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 20479, apresentado por **João Manuel Serra Sousa Matias**, com o NIF 264381050, residente na Rua Gervásio José Birne, nº 100, R/C Direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos na reunião de Câmara Municipal de 2018/11/12.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/01/09, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Presentes elementos de alteração ao projeto de arquitetura em conformidade com os condicionalismos de aprovação do projeto.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros, bem como o licenciamento da obra de demolição de construção existente no prédio, integrado no procedimento de licença, a erigir no prédio rústico a erigir no prédio urbano situado na Rua do Alto Alentejo, no lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o nº 20338-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 20479, apresentado por João Manuel Serra Sousa Matias, com o NIF 264381050, residente na Rua Gervásio José Birne, nº 100, R/C Direito, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- Informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos

mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

4- Deverá assegurar a execução do passeio em blocos retangulares de betão (0,20mX0,10mX0,06m) após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. Na zona das entradas poderá ser rebaixado o passeio. O lancil devera ser de betão pré-fabricado com uma espessura mínima de 0,12m.

4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

5- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 23/19, datado de 08/01/2019 - Proc.º nº 70/18, datado de 27/02/2018 - Vítor Júlio Jesus Santos

88 - Presente requerimento n.º 23/19, datado de 2019/01/08, constante do processo camarário n.º 70/18, subscrito por **Vítor Júlio Jesus Santos**, com o NIF 151429162, residente em rua Rui Couceiro Neto da Silva, n.º 12, 2.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização, alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito no lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17504 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8634, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/09/03.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/01/24, referente aso projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o pedido de licenciamento da obra de **“Legalização, alteração e ampliação de uma habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito no lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17504 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8634, com o número de processo 70/18, com data de entrada em 2018/02/27, apresentado por Vítor Júlio Jesus Santos, com o NIF 151429162, residente em rua Rui Couceiro Neto da Silva, n.º 12, 2.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 2165/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 424/18, datado de 04/10/2018 - Acogi Acessórios e Componentes para a Indústria, Lda

89 - Presente pedido com o registo n.º 2165/18, datado de 30/11/2018, relativo a construção de muro e cedência de terreno para domínio público do Município, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16178 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2222, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/18, com data de entrada de 04/10/2018, apresentado por **Acogi Acessórios e Componentes para a Indústria, Lda**, com o NIPC 506 057 518, com sede na rua da Marinha Pequena, Armazém A, Porta n.º 33, Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 10/01/2019, que atesta a conformidade do alinhamento proposto para o muro com o estudo desenvolvido pelos serviços técnicos da Câmara.

Presente informação técnica, datada de 5/02/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de muro no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16178 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2222, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 424/18, com data de entrada de 04/10/2018, apresentado por Acogi Acessórios e Componentes para a Indústria, Lda., com o NIPC 506 057 518, com sede na rua da Marinha Pequena, Armazém A, Porta n.º 33, Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Delibera igualmente aceitar a cedência de 222,00 m2, destinados a arruamento público, provenientes do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16178 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2222, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 43/19, datado de 10/01/2019 - Proc.º n.º 328/18, datado de 07/08/2018 - Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro

90 - Presente processo camarário n.º 43/19, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7095 inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13002, apresentado por **Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro**, com o NIF 218731361, com residência em rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 32, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, sobre o qual recaiu a deliberação camarária datada de 2018/12/10, que se transcreve:

“Presente processo camarário n.º 161/85, em nome de Madaíl de Sousa, relativo ao licenciamento da Operação de Loteamento Urbano, levado a efeito sobre um prédio rústico sito no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 227, para o qual foi atribuído o Alvará de Loteamento Urbano n.º 28/1985, de 09/12/1985 a autorizar a constituição de 4 (quatro) lotes de terreno, numerados de 1 a 4, com as áreas de 640m2, 993m2, 1637m2 e 2144m2.

*Presente requerimento n.º 1447/18, datado de 2018/08/07, constante do processo camarário n.º 328/18, subscrito por **Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro**, com o NIF 218731361, residente em rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 32, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano sito na travessa da Calçada e rua Fernando José Alvarez Baridó, no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a área de 507m2.*

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01, que refere que o projeto de arquitetura apresentado, não se encontra apto a merecer aprovação, visto a proposta de edificação de construção recair em prédio com a área de 507m2, correspondendo a parte da área do lote n.º 2, apresentando desconformidade na sua configuração de nos respetivos limites, face ao referido lote n.º 2 autorizado.

*Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano sito na travessa da Calçada e rua Fernando José Alvarez Baridó, no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7095, e inscrito na matriz sob o artigo número 13002, com a área de 507m2, bem como do parecer técnico datado de 2018/12/01, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento*

*Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de **AUDIÊNCIA PRÉVIA**, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, nomeadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes no Alvará de Loteamento Urbano n.º 28/1985, de 09/12/1985, ao propor a edificação de construção em prédio com a área de 507m2, correspondendo a parte da área do lote n.º 2, constituído através do Alvará de Loteamento urbano n.º 28/1985, de 09/12/1985, com a área de 993m2, apresentando ainda desconformidades na sua configuração de respetivos limites.”*

Presente requerimento com registo de entrada n.º 43/19, datado de 2019/01/10, pelo qual é solicitada a prorrogação de 60 dias para dar resposta à referida audiência prévia, alegando “(...) não ter sido possível em tempo útil reunir todos os documentos necessários relativos aos negócios jurídicos das propriedades envolvidas”.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2019/02/05, a enquadrar devidamente o pedido.

Após a análise do pedido de concessão de prazo para que o requerente se pronuncie em sede de audiência prévia, apresentando as alegações que entenda pertinentes, sobre a proposta de indeferimento recaída sobre o pedido de licenciamento da obra de “Construção de habitação e muros de vedação”, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, e tendo em consideração o parecer técnico datado de 2019/02/05 que sobre ele recaiu, a Câmara delibera DEFERIR a concessão do prazo para apresentação dos elementos que entenda por necessários para dar resposta à audiência prévia promovida, nos termos requeridos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 108/19, datado de 21/01/2019 - Proc.º n.º 253/18, datado de 03/07/2018 - Carlos Alberto de Oliveira Gomes

91 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 108/19, datado de 21/01/2019 apresentado por **Carlos Alberto de Oliveira Gomes**, com o NIF 180338773, com morada em Rua do Carvalhal, n.º 191, Monte Real, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a habitação, sito na Avenida José Gregório, n.º 104, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações e ampliação, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 6/19, emitido em 16/01/2019.

Presente parecer técnico datado de 24/01/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício destinado a habitação, sito na Avenida José Gregório, n.º 104, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de

Carlos Alberto de Oliveira Gomes, com o NIF 180338773, com morada em Rua do Carvalho, n.º 191, Monte Real, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 65/19, datado de 14/01/2019 - Proc.º n.º 548/17, datado de 12/12/2017 - Júlio Salvador Temóteo e Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador

92 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 65/19, datado de 14/01/2019 apresentado por **Júlio Salvador Temóteo** e por **Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador**, com o NIF 157512495 e 181671689, respetivamente, ambos com morada em Rua 1.º de Dezembro, n.º 60, Amieirinha, Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a habitação, indústria e armazém, sito na Rua das Sorraipas, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações e de ampliação, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 107/18, emitido em 21/12/2018.

Presente parecer técnico datado de 24/01/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício destinado a habitação, indústria e armazém, sito na Rua das Sorraipas, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Júlio Salvador Temóteo e de Solange Cláudia Fernandes Morgado Salvador, com o NIF 157512495 e 181671689, respetivamente, ambos com morada em Rua 1.º de Dezembro, n.º 60, Amieirinha, Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 129/19, datado de 23/01/2019 - Proc.º nº 331/19, datado de 08/08/2018 - Maria Odete Gomes Feteira, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, Maria Clara Feteira Tomé, Chantal Feteira Tomé e Apolinário Feteira Tomé

93 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 108/19, datado de 21/01/2019 apresentado por **Maria Odete Gomes Feteira**, com o NIF 166362379, residente na Rua Outeiros da Passagem, n.º 23, Vieira de Leiria, Marinha Grande, por **Maria Anália Feteira Tomé Ferreira**, com o NIF 125615973, residente na Rua da Cabine, n.º 10, Louriçal, Pombal, por **Maria Clara Feteira Tomé**, com o NIF 189409380, residente na Rua da Lagoa, n.º 24, 2º Esquerdo, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha Grande, **Chantal Feteira Tomé**, com o NIF 166362395, residente na Rua Ilha do Corvo, n.º 10, 2º Frente Esquerdo, Casal da Formiga, Marinha Grande, e por **Apolinário Feteira Tomé**, com o NIF 186584733, residente na Rua Dr. Manuel Magalhães Pessoa, n.º 11, r/c, Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a habitação, sito na Rua Outeiros da Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de alterações, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 2/19, emitido em 17/01/2019.

Presente parecer técnico datado de 25/01/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício destinado a habitação, sito na Rua Outeiros da Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Maria Odete Gomes Feteira, com o NIF 166362379, residente na Rua Outeiros da Passagem, n.º 23, Vieira de Leiria, Marinha Grande, por Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, com o NIF 125615973, residente na Rua da Cabine, n.º 10, Louriçal, Pombal, por Maria Clara Feteira Tomé, com o NIF 189409380, residente na Rua da Lagoa, n.º 24, 2º Esquerdo, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha Grande, Chantal Feteira Tomé, com o NIF 166362395, residente na Rua Ilha do Corvo, n.º 10, 2º Frente Esquerdo, Casal da Formiga, Marinha Grande, e por Apolinário Feteira Tomé, com o NIF 186584733, residente na Rua Dr. Manuel Magalhães Pessoa, n.º 11, r/c, Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 153/19, datado de 25/01/2019 - Proc.º nº 530/18, datado de 13/12/2018 - Socrebel - Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda.

94 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 108/19, datado de 21/01/2019 apresentado por **Socrebel - Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda.**, com o NIPC 506437582, com sede em Avenida Marginal, Praia da Vieira, a solicitar a autorização de utilização para o estabelecimento de restauração e bebidas localizado num edifício denominado como “apoio de praia”, sito na Avenida Marginal (esplanada Âncora), Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de ampliação e alteração, titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 73/18, emitido em 07/09/2018.

Presente parecer técnico datado de 30/01/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao estabelecimento de restauração e bebidas localizado num edifício denominado como “apoio de praia”, sito na Avenida Marginal (esplanada Âncora), Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, explorado por Socrebel - Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda., com o NIPC 506437582, com sede em Avenida Marginal, Praia da Vieira, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 1834/17, datado de 25/10/2017 - Proc.º n.º 477/17, datado de 25/10/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa

95 - Presente requerimento n.º 1834/17, datado de 25/10/2017, respeitante ao **pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande**, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Frederico Manuel Gomes Barosa**, com o NIF 194089967, residente na Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na **Rua da Covina**, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291.

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 13/11/2017, a determinar, considerando o disposto na aliena c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, **a realização de vistoria ao edifício** para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 14/01/2019, a informar o requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 18/12/2018, ao imóvel sito em Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291, é atribuído o nível de conservação inicial **MÉDIO** correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 3,33.

Presente requerimento n.º 120/19, datado de 22/01/2019, a solicitar avaliação do estado de conservação do imóvel, após execução de obras de reabilitação, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 40/17;

Após análise da pretensão Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na aliena c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Rua da Covina, freguesia de Marinha Grande, erigido no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.427 e inscrito na matriz predial urbana da

freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.291, propriedade de Frederico Manuel Gomes Barosa, com o NIF 194089967, com morada na Rua Comendador Santos Barosa, n.º 3, freguesia e concelho da Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 26/03/2019, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão mantenha a composição definida na reunião de 13/11/2017:

Membros efetivos:

Arquiteta Margarida Abraúl
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Rui Vicente

Membros suplentes:

Arquiteto Miguel Figueiredo
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheira Cristina Silva

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 35/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º nº 801/96, datado de 21/06/1996 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

96 - Presente requerimento n.º 35/19, datado de 09/01/2019, de Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda., constante do Processo de Licenciamento de Operação de Loteamento com o n.º 801/96, para o qual foi emitido o alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 01/00, de 02/02/200, incidente sobre o prédio sito na Rua Miguel Torga, no lugar de Varzea, da freguesia e concelho de Marinha Grande, inicialmente descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 600 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9137, a solicitar a receção provisória das obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, nomeadamente as referentes à execução da Rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, rede de abastecimento de águas, rede viária e arranjos exteriores.

Presente igualmente Relatório e Auto da Comissão de Vistorias, datados de 05/02/2018, propondo a Receção Provisória Parcial das referidas Obras de Urbanização.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória Parcial, a Câmara deliberou aceitar provisória e parcialmente as obras de urbanização referente apenas às componentes de execução da rede de abastecimento de água, da rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, e da rede viária, conforme relatório e auto anexos, e mandar libertar 90% das referidas componentes, no montante de 32.223,16 € (trinta e dois mil duzentos e vinte e três euros e dezasseis cêntimos), da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 158-02-0163733, do Banco Comercial Português, S.A., datada de 08 de Junho de 1999, ficando retidos 6.573,14 € (seis mil quinhentos e setenta e três euros e catorze cêntimos), conforme descrito no quadro abaixo.

Componentes	Valor inicial	Contravalor	Montante a libertar		Montante remanescente
			%	valor	
Rede de abastecimento de águas	957.000\$00	4.773,50 €	90%	4.296,15 €	477,35 €
Rede de drenagem de águas residuais	2.453,870\$00	12.239,85 €	90%	11.015,87 €	1.223,99 €
Rede viária	3.767.090\$00	18.790,17 €	90%	16.911,15 €	1.879,02 €
Espaços verdes	600.000\$00	2.992,79 €	0%	0,00 €	2.992,79 €
	7.777.960\$00	38.796,30 €		32.223,16 €	6.573,14 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 36/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º nº 801/96, datado de 21/06/1996 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

97 - Presente Processo de Licenciamento de Operação de Loteamento com o n.º 801/96, para o qual foi emitido o alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 01/00, de 02/02/200, incidente sobre o prédio sito na Rua Miguel Torga, no lugar de Varzea, da freguesia e concelho de Marinha Grande, inicialmente descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 600 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9137.

Presente requerimento n.º 36/19, datado de 09/01/2019, de Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda., a solicitar a substituição da garantia bancária n.º 158-02-0163733, do Banco Comercial Português, S.A., datada de 08 de Junho de 1999, prestada pelo requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, execução da Rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, rede de abastecimento de águas, rede viária e arranjos exteriores, por depósito a efetuar nos cofres da Câmara Municipal.

Presente parecer dos serviços datado de 06/02/2019, a enquadrar a pretensão.

Presente deliberação camarária, a aceitar provisória e parcialmente as obras de urbanização referente apenas às componentes de execução da rede de abastecimento de água, da rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, e da rede viária, conforme relatório e auto anexos, e mandar libertar 90% das referidas componentes, no montante de 32.223,16 € (trinta e dois mil duzentos e vinte e três euros e dezasseis cêntimos), da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 158-02-0163733, do Banco Comercial Português, S.A., datada de 08 de Junho de 1999, ficando retidos 6.573,14 € (seis mil quinhentos e setenta e três euros e catorze cêntimos).

Após análise do pedido e do parecer técnico que sobre ele recaiu a Câmara Municipal delibera:

1 – Aceitar a substituição da garantia bancária n.º 158-02-0163733, do Banco Comercial Português, S.A., datada de 08 de Junho de 1999, prestada como garante da boa e regular execução das obras de urbanização executadas no âmbito do processo Licenciamento de Operação de Loteamento com o n.º 801/96, para o qual foi emitido o alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 01/00, de 02/02/200, incidente sobre o prédio sito na Rua Miguel Torga, no lugar de Varzea, da freguesia e concelho de Marinha Grande, inicialmente descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 600 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9137

por depósito em dinheiro nos cofres da Câmara Municipal, no montante 6.573,14 € (seis mil quinhentos e setenta e três euros e catorze cêntimos);

2 – Mandar libertar o montante de 6.573,14 € (seis mil quinhentos e setenta e três euros e catorze cêntimos), da garantia bancária n.º 158-02-0163733, do Banco Comercial Português, S.A., datada de 08 de Junho de 1999, após o requerente demonstrar que promoveu a prestação da caução destinada a garantir a boa e regular execução das referidas obras de urbanização por depósito em dinheiro, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2004, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 33/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º n.º 187/04, datado de 05/03/2004 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

98 - Presente requerimento n.º 33/19, de 09/01/2019, apresentado por Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 503 580 180, com sede na Rua Floristas Gravadores, n.º 31, loja E, 2430-104 Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização aprovadas em reunião de câmara de 11 de agosto de 2005, realizadas no âmbito do processo de construção n.º 187/04, e que respeitam à execução de rede de drenagem de águas residuais pluviais, sitas na Rua Alves Redol - Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, e a redução do valor da garantia bancária n.º 125-02-0878935, no montante de 2.819,32€ - dois mil oitocentos e dezanove euros e trinta e dois cêntimos - prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Presente relatório de vistoria, da Comissão de Vistorias, referindo que é possível proceder à receção provisória das obras de urbanização previstas por estas se encontrarem efetuadas de acordo com o projeto aprovado e as telas finais entregues.

Presente, igualmente, Auto de Vistoria propondo a receção provisória das obras de urbanização.

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

1 - Aceitar provisoriamente as obras de urbanização, sitas na Rua Alves Redol - Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, realizadas no âmbito do processo de construção n.º 187/04, titulado por Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda, número de identificação fiscal 503 580 180, com morada na Rua Floristas Gravadores, n.º 31, loja E, 2430-104 Marinha Grande, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos documentos anexos à presente deliberação;

2 - Mandar libertar o montante de 2.537,39€ (dois mil quinhentos e trinta e sete euros e trinta e nove cêntimos), correspondente a 90% do valor inicial da garantia bancária N.º 125-02-0878935, datada de 14 de outubro de 2005, prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, fiando retido o montante de 281,93€ (duzentos e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos) até à receção definitiva das obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 34/19, datado de 09/01/2019 - Proc.º nº 187/04, datado de 05/03/2004 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

99 - Presente Processo de Licenciamento de construção de bloco habitacional com o n.º 187/04, para o qual foram emitidos o alvará de licença de construção n.º 327/05, em 28/10/2005, e n.º 209/08, em 30/09/2008, incidente sobre o prédio sito na Rua da Panificadora, no lugar de Embra, da freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4435.

Presente requerimento n.º 34/19, datado de 09/01/2019, de Imoembra - Empreendimentos Imobiliários, Lda., a solicitar a substituição da garantia bancária n.º 125-02-0878935, do Banco Comercial Português, S.A., datada de 14 de outubro de 2005, prestada pelo requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, execução da Rede de drenagem de águas residuais pluviais, por depósito a efetuar nos cofres da Câmara Municipal.

Presente parecer dos serviços datado de 06/02/2019, a enquadrar a pretensão.

Presente deliberação camarária, a aceitar provisoriamente as obras de urbanização referente apenas à execução da Rede de drenagem de águas residuais pluviais, conforme relatório e auto anexos, e mandar libertar 90% das referidas componentes, no montante de 2.537,39€ (dois mil quinhentos e trinta e sete euros e trinta e nove cêntimos), da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 125-02-0878935, do Banco Comercial Português, S.A., 14 de outubro de 2005, ficando retidos **281,93€ (duzentos e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos)**.

Após análise do pedido e do parecer técnico que sobre ele recaiu a Câmara Municipal delibera:

1 – Aceitar a substituição da garantia bancária n.º 125-02-0878935, do Banco Comercial Português, S.A., 14 de outubro de 2005, prestada como garante da boa e regular execução das obras de urbanização executadas no âmbito do processo Licenciamento de construção de bloco habitacional com o n.º 187/04, incidente sobre o prédio sito na Rua da Panificadora, no lugar de Embra, da freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4435, por depósito em dinheiro nos cofres da Câmara Municipal, no montante 281,93€ (duzentos e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos);

2 – Mandar libertar o montante de 281,93€ (duzentos e oitenta e um euros e noventa e três cêntimos)., da garantia bancária n.º 125-02-0878935, do Banco Comercial Português, S.A., 14 de outubro de 2005, após o requerente demonstrar que promoveu a prestação da caução destinada a garantir a boa e regular execução das referidas obras de urbanização por depósito em dinheiro, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. E/11640/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

100 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/11640/2018, datado de 17/12/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Avenida dos Pescadores, Rua da Boavista, Avenida Marginal, Largo da Lota, Rua do Mar, Rua dos Náufragos do Salsinha, Rua José Loureiro Botas, Travessa das Peixeiras, Largo do Mercado, Travessa do Mercado, Travessa 1.º de Maio e Largo 1.º d Maio**, todos na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, num total de 1.224,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 27/12/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 01/02/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 16,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida dos Pescadores, Rua da Boavista, Avenida Marginal, Largo da Lota, Rua do Mar, Rua dos Náufragos do Salsinha, Rua José Loureiro Botas, Travessa das Peixeiras, Largo do Mercado, Travessa do Mercado, Travessa 1.º de Maio e Largo 1.º d Maio, todos na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. E/11543/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - Canas, S.A.

101 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/11543/2018, datado de 13/12/2018, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, para abertura e fecho de vala numa extensão de cerca de 10,00 metros e passagem de cabos em infraestruturas enterradas existentes, para realização de trabalhos em subsolo, referentes a uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Estrada do Guilherme**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 27/12/2018, sobre o assunto bem como despacho proferido em 01/02/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir PARECER FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura e fecho de vala numa extensão de cerca de 10,00 metros e passagem de cabos em infraestruturas enterradas existentes, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., a levar a cabo em Estrada do Guilherme, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição de pavimentos dever ser executada com materiais de características e espessura iguais às existentes, podendo os serviços da Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário;
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição de equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetadas e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Req.º nº 2045/18, datado de 12/11/2018 - Proc.º n.º 481/18, datado de 12/11/2018 - Condomínio do Prédio sito na Avenida Marginal, n.ºs 10A e 10B

Presente a seguinte proposta:

*“Presente requerimento n.º 2045/18, datado de 12/11/2018, apresentado por **Condomínio do Prédio sito na Avenida Marginal, n.ºs 10A e 10B**, com o numero de identificação fiscal 902133810, a comunicar o início dos trabalhos de reparação e instalação do telhado do edifício danificado pela tempestade ocorrida em 13 de outubro de 2018, sito na Avenida Marginal, n.º 10A, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com ocupação da via pública, solicitando a isenção do pagamento das taxas devidas, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do art.º 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande;*

Presente informação datada de 10/12/2018, respeitante ao cálculo das taxas;

Presente parecer jurídico datado de 15/01/2019;

Presente despacho proferido em 30/01/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território.

Após análise da pretensão, bem como do parecer jurídico e do despacho proferido pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara delibera:_____”

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** colocou as seguintes questões:

“Qual o valor das taxas?

Qual o despacho do vereador?

Qual a proposta de deliberação? Vamos votar o quê? O condomínio não sendo uma pessoa coletiva ou singular não tem personalidade jurídica, pelo que, podendo a isenção ser justa, não é legal a sua aplicação. Mas procuraram encontrar uma outra solução?”

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que propôs a isenção das taxas no seu despacho porque na altura do Leslie o condomínio não pode beneficiar, devido a dificuldades financeiras. Agora que têm dinheiro têm que pagar a taxa.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que se deve tentar encontrar uma solução para, legalmente, poder enquadrar a situação, no sentido de a Câmara poder deliberar a isenção. É de opinião que deve ser visto com os serviços no sentido de eles encontrarem uma solução. Esta é que é a chamada orientação política.

Em face das considerações apresentadas, e com a concordância de todos, o Sr. Vereador Carlos Caetano retirou o processo.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

39. Habitação social - Praceta da Liberdade, Bloco 4, 3º esqº, Casal do Malta - Joaquim José Loureiro Santos - Rendas em atraso - Projeto de resolução do contrato de arrendamento - Audiência prévia.

102 - A Sr.^a Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação I/119/2019, de 16-01-2019, da DDC-Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, Relatando o incumprimento do dever de pagamento da renda por parte do arrendatário Joaquim José Loureiro Santos que tem já uma dívida de 32 meses de renda em atraso.

Presente parecer jurídico I/250/2019, de 01-02-2019, que aqui se dá, para todos os legais efeitos, como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata, que apreciou os factos e as provas produzidas e conclui:

- Que o arrendatário não tem cumprido, de forma reiterada e grave, com alguns dos seus mais elementares deveres para com a habitação:
 - a) O dever de pagamento atempado da renda, previsto no art.º 1038.º, alínea a) do Código Civil e no art.º 29.º, n.º 1, alínea j) do Regulamento;
 - b) O dever de apresentar justificação válida e documentalmente fundamentada, em caso de atraso no pagamento da renda ou de acumulação de vários meses em dívida, ou ainda, em caso de incumprimento dos acordos de regularização celebrados, previsto na alínea k) do mesmo n.º 1 do art.º 29.º do Regulamento;
- O arrendatário não paga a renda da habitação ao Município, desde junho de 2016 não apresentando, para tal, qualquer justificação, facto que torna inexigível ao Município a manutenção do contrato de arrendamento, nos termos do n.º 3 do art.º 1083.º do Código Civil.
- O incumprimento destes deveres por parte do arrendatário constituem fundamento para a resolução do contrato de arrendamento, pelo Município, nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 81/2014, no n.º 4 do art.º 29.º e na alínea h) do n.º 1 do art.º 32.º, do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação I/250/2019 e considerando que:

- a) **A Câmara Municipal já concedeu ao arrendatário várias oportunidades para regularizar a situação da dívida em atraso, designadamente através de várias notificações que lhe foram enviadas com fixação de prazos de pagamento, mas não só o arrendatário não cumpriu nenhuma dessas notificações, como deixou agravar ainda mais a situação da dívida;**
- b) **O arrendatário não paga a renda da habitação ao Município, desde junho de 2016 não apresentando, para tal, qualquer justificação, facto que torna inexigível ao Município a manutenção do contrato de arrendamento, nos termos do n.º 3, do art.º 1083.º, do Código Civil;**
- c) **Os comportamentos que o arrendatário tem vindo a adotar na utilização da habitação, violam, de forma grave e reiterada, os seguintes deveres legais e regulamentares:**
 - ✓ **de pagamento atempado da renda, previsto no art.º 1038.º, alínea a) do Código Civil e no art.º 29.º, n.º 1, alínea j) do Regulamento;**
 - ✓ **de apresentar justificação válida e documentalmente fundamentada, em caso de atraso no pagamento da renda ou de acumulação de vários meses em dívida, ou ainda, em caso de incumprimento dos acordos de regularização celebrados, previsto na alínea k) do mesmo n.º 1 do art.º 29.º do Regulamento.**

- d) A persistência de incumprimento destes deveres por parte do arrendatário, constituem fundamento para a resolução do contrato de arrendamento, pelo Município, nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 81/2014, no n.º 4 do art.º 29.º e na alínea h) do n.º 1 do art.º 32.º, do Regulamento,

Delibera, ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do art.º 32.º do Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, notificar o arrendatário, Joaquim José Loureiro santos, residente no locado, que pelas razões de facto e de direito atrás invocadas, é sua intenção exercer o direito de resolução do contrato de arrendamento celebrado com este Município, fixando-se em 30 dias o prazo para proceder à desocupação da habitação e à entrega voluntária da mesma e das respetivas chaves, nesta Câmara Municipal.

Fica ainda notificado de que, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º, dos nºs. 3 a 5 do art.º 32.º e dos nºs. 1 e 2 do art.º 35.º, todos do já citado Regulamento:

- a) O valor total das rendas em dívida é, na data desta deliberação, de 741,05€ (setecentos e quarenta e um euros e cinco cêntimos), correspondente a 33 meses de renda de junho de 2016 a fevereiro de 2019, inclusive, cujo pagamento deve ser efetuado no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da notificação desta deliberação.
- b) O direito de resolução do contrato de arrendamento não caduca mesmo que o pagamento das rendas em atraso seja efetuado no prazo fixado na alínea anterior.
- c) A falta de pagamento das rendas em dívida, no prazo fixado, tem por consequência a interposição de ação executiva para pagamento de quantia certa, perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.
- d) O incumprimento voluntário da obrigação de desocupação e entrega da habitação no supra prazo fixado, terá por consequência a tomada de posse da habitação, pelo Município, considerando-se abandonados a favor deste, quaisquer bens móveis deixados na mesma e que não sejam reclamados no prazo máximo de 60 dias contados da tomada de posse, sem direito do arrendatário a qualquer indemnização.
- e) Ao Município assiste o direito de ser ressarcido das despesas efetuadas com a realização de obras necessárias à reposição da habitação nas condições em que se encontrava, à data da celebração do contrato, decorrentes de eventuais danos que se venham a verificar no fogo, após a resolução do contrato.
- f) Poderá pronunciar-se, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação desta deliberação, sobre o presente projeto de decisão de resolução do contrato de arrendamento.
- g) A decisão final de resolução do contrato de arrendamento é suscetível de impugnação perante o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

INTERVENÇÃO CULTURAL

40. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Ratificação de Despacho

103 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 13 de janeiro de 2019, com o registo n.º E/505/2019. A visita será realizada por um grupo de alunos no âmbito do projeto ERASMUS+ “TSOLCH - Tracing and shaping our linguistic cultural heritage for sustainable plurilingualism, intercultural dialogue and active citizenship”, no total de 48 alunos e 10 professores acompanhantes, e encontra-se agendada para o dia 30 de janeiro de 2019.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3.º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3.º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea a), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 7/2019 da Sra. Presidente que isenta o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente do

pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro e no Museu Joaquim Correia no dia 30 de janeiro de 2019, para um total de cerca de quarenta e oito alunos e dez professores acompanhantes, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente - Ratificação de Despacho

104 - Presente o pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 29 de janeiro de 2019, com o registo n.º E/1037/2019. A visita será realizada por um grupo de alunos da Escola Secundária Acácio Calazans Duarte, no total de 22 alunos e 1 professor acompanhante, e encontra-se agendada para o dia 30 de janeiro de 2019.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea a), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 8/2019 da Sra. Presidente que isenta o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro no dia 30 de janeiro de 2019, para um total de cerca de vinte e dois alunos e um professor acompanhante, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

42. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento - entroncamento da Rua do Lamarão com a Rua das Cavadinhas, Embra - Requerente: Armindo José Martins – Apreciação – Deferimento.

105 - A Srª. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 06-07-2018, de Armindo José Martins, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu um incidente com o veículo que conduzia, no passado dia 26-06-2018, pelas 00H00, de matrícula 30-43-BV, marca Audi, no entroncamento da Rua do Lamarão com a Rua das Cavadinhas, na Embra, instruído com dois orçamentos da reparação dos danos, no valor total de 483,51€, que imputa ao Município e com fotografias ilustrativas do local do sinistro e dos danos no pneu e jante.

Presente participação da PSP-Polícia de Segurança Pública elaborada após o requerente, no dia 03-07-2018 ter efetuado a participação do mesmo na Esquadra.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelo requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/248/2019-FO, de 01-02-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Armindo José Martins, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/248/2019 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 1), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 483,51€ (quatrocentos e oitenta e três euros e cinquenta e um cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Armindo José Martins, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera informar o lesado, que aquando do recebimento do montante desta indemnização deve fazer-se acompanhar dos originais dos recibos comprovativos do pagamento das reparações, nos exatos termos que constam dos dois orçamentos apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

A **Sr.ª Presidente** explicou as razões da apresentação da 1.ª revisão.

Os **Srs. Vereadores** colocaram questões sobre algumas das verbas, que foram explicadas tecnicamente pela **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Sandra Paiva**.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

43. 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – 1.ª Revisão

106 - Presente proposta da 3ª Modificação, 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2019, no valor de 443.599,00 euros nos reforços;

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2019, no valor de 523.055,40 euros nos reforços e 79.456,40 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019, no valor de 516.020 euros nos reforços e 72.421,00 euros nas anulações.

Considerando que a proposta apresentada cumpre o disposto no n.º 3 do art. 44.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no que respeita aos limites consagrados para o ano de 2020.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, constituída pela 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. Elaboração de projetos de execução da rede de abastecimento de água para a Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira de Picassinos e Trutas” - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

107 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à abertura de procedimento de contratação pública para a **“Elaboração de projetos de execução da rede de abastecimento de água para a Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira de Picassinos e Trutas”** e que a assistência técnica subjacente ao contrato que se pretende celebrar determina a assunção de encargos plurianuais no ano de 2020.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita na classificação orgânica/económica 03/07030306 nas seguintes ações do Plano Plurianual de Investimentos

- 2018/I/66 “*Estudos e projectos para a rede de abastecimento de água na Amieira-fase 1 e 2*”;
- 2018/I/65 “*Estudos e projectos para a rede de abastecimento de água em Picassinos-fase 1, 2 e 3*”;
- 2016/I/164 “*Rede de abastecimento público de água-fase 3-Trutas*”;
- 2016/I/165 “*Rede de abastecimento público de água-fase 4-Trutas*”

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2019, não foi inscrita dotação nas ações 2016/I/164 e 2016/I/165 no ano de 2020 para a despesa que se perspetiva assumir, tendo sido proposto o reforço de dotação para o referido ano, de

3.690,00 euros em cada uma das ações, na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a **“Elaboração de projetos de execução da rede de abastecimento de água para a Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira de Picassinos e Trutas”**, não ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“ (...) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2018 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, fixado pelo n.º 1 do art.º 255º da Lei do Orçamento de Estado de 2019 em 350.000 euros, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede nas ações 2016/I/164 e 2016/I/165.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Elaboração de projetos de execução da rede de abastecimento de água para a Amieira, Picassinos, Pedrulheira e Tojeira de Picassinos e Trutas” – até ao valor máximo de 9.778,50 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2020, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

45. “Requalificação dos Bloco L/M de habitação social e dos 36 fogos de Casal de Malta – Marinha Grande”- Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

108 - Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano

económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à abertura de procedimento de contratação pública para a **“Requalificação dos Bloco L/M de habitação social e dos 36 fogos - Casal de Malta – Marinha Grande”** e que o prazo de execução da empreitada é de 15 meses, tal determina a assunção de encargos plurianuais no ano de 2020.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação inscrita na classificação orgânica/económica 05/07010203 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/39 com a designação **“Reabilitação de edifícios de Habitação Social-PEDU/PAICD”**.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais de 2019, foi inscrita a dotação de 51.486,00 euros, no ano de 2020 na referida ação, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, tendo sido proposto o reforço de dotação para o referido ano, no montante de 437.432,50 euros na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal, para uma dotação corrigida de 488.918,00 euros.

Considerando que o procedimento de contratação pública para a **“Requalificação dos Bloco L/M de habitação social e dos 36 fogos de Casal de Malta – Marinha Grande”**, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (...) ”.

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2018 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitadas de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e desde que exista dotação suficiente nas Grandes Opções do Plano nos anos em que se pretendem assumir os encargos plurianuais, o que não sucede na ação por onde será efetuado o enquadramento orçamental do procedimento de contratação pública que se pretende iniciar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

- 1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Requalificação dos Blocos L/M de habitação social e dos 36 fogos de Casal de Malta – Marinha Grande” – até ao valor máximo de 486.918,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2020, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;**
- 2. Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2020;**
- 3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo no ano económico de 2020, em 486.918,00 euros.**

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 18:35 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,